

Educação inclusiva: dos documentos legais à realidade escolar

Suzi Lane Amadeu Gussi *

Vanderley Flor da Rosa **

Resumo

O presente estudo apresenta considerações a respeito da prática da educação inclusiva com o objetivo de buscar compreender os fatores presentes no cotidiano das pessoas com deficiência nas áreas auditiva, física, intelectual e visual, a partir das categorias de educação, trabalho, autonomia e independência. Para tanto, utilizou-se a pesquisa analítica, interpretativa, bibliográfica e de campo. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com um grupo de pessoas com deficiência residentes em uma cidade do Norte do Paraná. Os referenciais principais foram os documentos sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Constatou-se que a inclusão social e escolar é um processo não consolidado, lento e gradativo, evidenciando a existência de preconceitos tanto na sociedade como na escola. Com base nos resultados desse estudo pretende-se gerar um produto educacional com vistas à instrumentalização da escola e do professor, visando dar subsídios para a construção de novas/outras lógicas de ensino inclusivo, prática que tem desafiado os espaços escolares.

Palavras-Chave: educação, deficiência, formação docente, desafio.

Inclusive education: from legal documents to school reality

Abstract

This study presents considerations on the practice of inclusive education with a view to understanding factors in the daily life of people with hearing, physical, intellectual and visual disabilities, in terms of education, work, autonomy and independence. To do so, analytical, interpretive, bibliographical, and field research were used. The data was collected through semi-structured interviews with a group of people with disabilities in a city in northern Paraná. The main references were the documents on the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education and the International Convention on the Rights of People with Disabilities. It was found that social and educational inclusion is not a consolidated process, but is slow and gradual, and confirms the existence of prejudice in society and at school. Based on the results

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Londrina. E-mail: lanegussi@gmail.com

** Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Londrina. E-mail: vanderley@utfpr.edu.br

of this study, we intend to create an educational product with a view to providing schools and teachers with instruments to provide assistance in the construction of new/other methods of inclusive education, a practice which is a challenge to schooling.

Keywords: education, disabilities, teacher formation, challenge.

Introdução

Há muito tempo, a deficiência humana é marcada pelo preconceito. Ela já foi relacionada ao misticismo e ao ocultismo, sem nenhuma base científica. Como também é descrita sob um manto científico ou simplesmente esquecida pela sociedade, que se exime. De acordo com Mazzotta (2001), a diferença causada pela deficiência era simplesmente incompreendida. A discriminação está presente nas relações sociais dos sujeitos com algum tipo de deficiência, que ficam, assim, sem possibilidades de superação dentro da dimensão ética-moral da diferença.

Este texto apresenta resultados parciais de um estudo que tomou por objeto os obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência auditiva, visual, física e intelectual dentro dos aspectos: de trabalho, de autonomia, de independência e educacional, a partir de relatos obtidos em entrevistas semiestruturadas. O estudo pretende, ainda, numa segunda etapa, gerar um produto educacional com vistas à instrumentalização da escola e do professor, visando dar subsídios para a construção de novas lógicas de ensino inclusivo, prática que tem desafiado os espaços escolares.

Fundamentação teórica

O conhecimento sobre a história serve de suporte para que seja feita uma reflexão sobre o tema dessa pesquisa. Mesmo antes de 1988, ano da elaboração da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988), a preocupação para com as pessoas com deficiência já se fazia sentir, por exemplo, na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975), valendo-se o Brasil da tendência mundial. Após 1988, a educação de pessoas com deficiências ganha uma aliada, pois a constituição foi considerada um marco para a inclusão educacional no Brasil. Ela define “[...] a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, p.7).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), no capítulo V, Artigos 58 e 60, regulamenta a educação especial, dando-lhe tratamento de destaque, uma vez que ressalta a importância da inserção da pessoa com deficiência

nas escolas do ensino regular, afirmando ser dever do Estado garantir o acesso ao ensino desde a educação infantil.

O processo de integração, no Brasil, tornou-se mais evidente, pois as pessoas com deficiência já podiam frequentar o Ensino Regular, porém esses alunos deveriam ter condições e capacidade de seguir o ritmo dos outros alunos sem deficiência (BRASIL, 2009). Essa política não visava uma modificação no currículo escolar e nem na ação docente, unicamente os alunos deveriam se moldar ao grupo da escola.

Em 2001, o Conselho Nacional de Educação promulgou a Resolução que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). A partir daí, a educação especial, como modalidade que perpassa todos os níveis de ensino da Educação Básica, deveria considerar as singularidades dos alunos, as características biopsicossociais, as faixas etárias e os perfis.

Em 2007, nomeado pelo Ministério da Educação, um grupo de trabalho elaborou o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, divulgado em 2008 (BRASIL, 2008). Verifica-se que a divulgação da nova proposição política de educação especial é fruto de um conjunto de ações governamentais.

Sabe-se, entretanto, que, apesar dos avanços, as práticas ainda esbarram em conflitos. Não se pode ignorar a existência da deficiência e, ao mesmo tempo, não se pode ignorar a sua negação pela sociedade e pelas políticas, nem colocar a diversidade na posição de ilegitimidade no contexto das relações humanas. Para tanto, é preciso ações que possam concretizar a inclusão escolar e social, não apenas substituindo os rótulos, modificar nas maneiras de agir, mas ressignificar o outro no fazer pedagógico. É necessária uma mudança de concepção sobre o ensino-aprendizagem e o desenvolvimento humano. (GÓES; LAPLANE, 2007).

Procedimentos metodológicos

A proposta do estudo está fundamentada em pesquisa analítica, interpretativa, bibliográfica e de campo. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas com um grupo de pessoas de uma cidade do Norte do Paraná, com o objetivo de compreender os obstáculos presentes no cotidiano das pessoas com deficiência nas áreas auditiva, física, intelectual e visual, a partir das categorias de: educação, trabalho, autonomia e independência, para confrontar, em relação à prática prevista nos docu-

mentos legais e textos sobre inclusão escolar e social, os dados coletados e os desafios vivenciados no cotidiano.

Em alguns casos, no tocante à realização da entrevista com a pessoa surda foi necessário a participação de um intérprete, pois a pesquisadora não tinha/tem domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Após a coleta dos dados, por meio das entrevistas, foram feitas as transcrições e depois a organização e interpretação dos dados dentro das categorias de análise: autonomia, independência, educação e trabalho.

Dados e discussão

Quanto à autonomia, o fazer e decidir sozinho verificou-se que os entrevistados não dependem de seus familiares e/ou de outras pessoas para tomar suas decisões pessoais (fazem apenas consultas), nem para se movimentar com ou sem apoio técnico.

Em relação à independência das pessoas entrevistadas, se centrou, neste momento, no aprendizado da linguagem, para exemplificar a importância de assegurar acessibilidade à pessoa com deficiência. Inicia-se por pensar que, como afirma Isaia (1996, p. 115), “A linguagem representa o veículo por excelência através do qual o homem tem condições de se apropriar dos produtos culturais da humanidade”.

Pode-se verificar a importância do ensino da comunicação, do Braille, para a pessoa com deficiência visual e da linguagem de sinais para a pessoa surda. A percepção de mundo, a aprendizagem, as brincadeiras e as leituras podem acontecer, por exemplo, através do visual, permitindo ao aprendiz desenvolver o conhecimento, bem como a participação na sociedade. Assim como para a linguagem, para cada tipo de deficiência, haverá um recurso assistivo que permita o desenvolvimento do educando.

No que se refere à educação, verifica-se que todos os entrevistados frequentaram a escola regular, mas apenas a pessoa com deficiência física concluiu o ensino superior. A pessoa com deficiência auditiva, aluno de uma instituição especializada para surdos, demonstrou preocupação sobre como chegar à universidade apesar das dificuldades.

Durante as entrevistas, todos demonstraram insatisfação para com a escola regular em relação à acessibilidade, à tecnologia assistiva e à presença de preconceito, ou seja, existe um descontentamento para com as políticas públicas de inclusão na forma como os recursos são oferecidos na escola e na forma como ocorre a interação social na comunidade escolar. De acordo com os entrevistados, todos já vivenciaram algum tipo de constrangimento em virtude da deficiência por diversas vezes.

“[...] Algumas pessoas ficam indiferentes, curiosas, e se demonstram preconceituosas”. (Deficiência Auditiva)

“[...] Percebo que as pessoas ficam indiferentes. (Deficiência Auditiva)

“[...] Tem lugares fora do município que percebo preconceito, sempre quando eu saio sozinho. Quando estou com minha família, parece menos.” (Deficiência Física)

“[...] Quando entro nos lugares, as pessoas ficam perdidas. As pessoas ignoram a minha presença, não sei se é medo, não sabem lidar comigo.” (Deficiente Visual)

(Textos redigidos conforme entrevista, out, 2014).

Os dados relativos à categoria trabalho são preocupantes. Entre os entrevistados, verificou-se que: não exercem atividade remunerada por receberem o BPC – Benefício de Prestação Continuada; realizam atividades do lar; trabalham no negócio da família e são empreendedores – “Martelinho de Ouro”. O direito das pessoas com deficiência ao trabalho e à igualdade de oportunidades é hoje um dos maiores desafios no contexto da educação especial. Não há garantia de emprego. A sociedade oferta trabalho, mas interpõe exigências, ou seja, são encontradas as barreiras atitudinais.

A escola está inserida num quadro econômico-social em que está presente o modelo neoliberal de relação Estado-sociedade (GÓES; LAPLANE, 2007). Esse modelo produz desigualdade de oportunidades e, em consequência, a exclusão de boa parcela da população (não só daquela composta de pessoas com deficiência) a serviços básicos. Resulta ainda em efeitos econômicos, políticos e culturais que contrariam o ideal de equidade entre os cidadãos.

Considerações finais

Este trabalho apresenta resultados parciais da análise dos dados em entrevistas com pessoas com deficiência, tendo como objetivo pesquisar quais eram as dificuldades por que passam essas pessoas no seu cotidiano. No que diz respeito aos objetivos, vale destacar que foram atendidos parcialmente, devido ao fato da inclusão não ser totalmente consolidada, apresentando desse modo algumas dificuldades ao analisar os dados obtidos com a entrevista semiestruturada.

Não poderíamos deixar de compartilhar o fato de que o referido estudo possibilitou a construção de novos olhares ao contexto educacional e social, sobre as dificuldades e desafios para a consolidação da Educação Inclusiva. Além disso, seria interes-

sante refletir sobre uma questão que foi levantada durante a investigação: “É a escola que não está pronta para atendê-los?”. Não nos esqueçamos de que reflexão e ação são necessárias para formação do docente atuante na escola pública.

Contudo, como contribuições, faz-se indispensável ressaltar uma possível realização mais aprofundada dos dados alcançados, podendo chegar assim, a resultados mais específicos sobre a visão dos entrevistados. De modo geral, observou-se que ainda há muito a caminhar, existindo a necessidade de ampliar o debate sobre o tema – Educação Inclusiva - no Brasil.

Referências

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação*. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2015.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2015.

_____. *Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União. Brasília: 26 ago. 2009.

GOES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). *Políticas e práticas de Educação Inclusiva*. Campinas: Autores Associados, 2007.

ISAIA, S. M. de A. Fundamentos Psicológicos da Educação: uma leitura vygotskiana e rieglia. *Perspectiva*, Florianópolis, v.14, n.25, 1996, p.111-124.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes*. 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2014.

Recebido em: 15 maio 2015.

Aceito: 24 maio 2015.